



Ana Vieira é doutora em Ciências da Educação, na área da Educação Social e Mediação Sociopedagógica e mestre em Ciências da Educação – História e Problemas Atuais da Educação pela UTAD- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

É, atualmente, professora adjunta na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) e investigadora do do CICS.NOVA_pólo do IPLeiria.

Trabalhou em Portugal com Américo Peres, Professor agregado na UTAD, e em Espanha com José António Caride, professor catedrático na Universidade de Santiago de Compostela.

A sua investigação incide sobre Mediação intercultural, Educação social, Pedagogia Social, Mediação Sociopedagógica, Mediação Sociocultural, Trabalho Social e Indisciplina, áreas onde tem publicado em livros, revistas nacionais e estrangeiras, e onde tem desenvolvido comunicações que tem apresentado em congressos nacionais e internacionais.

É investigadora integrada do CICS.NOVA.IPLeiria.

É, ainda, membro da RESMI – Rede de Ensino Superior de Mediação Intercultural.



Ricardo Vieira nasceu em Albergaria dos Doze, em 1961. É Mestre em Antropologia Social e Sociologia da Cultura pela FCSH-UNL, Doutor em Antropologia Social, Pós-Doutor em Serviço Social e Agregado em Antropologia da Educação pelo ISCTE. No ano de 2000, foi galardoado com o Prémio Rui Grácio, prémio nacional para o melhor trabalho de investigação em Educação realizado em Portugal, SPCE (Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação).

É, atualmente, Professor Coordenador Principal (Full Professor) da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, Professor Decano do Instituto Politécnico de Leiria e Investigador do CICS.NOVA_pólo do IPLeiria.

Trabalhou em Portugal com Raul Iturra, Professor Catedrático do ISCTE-IUL, e em França com Pierre Bourdieu, François Bonvin, Monique Saint Martin e Marie Elisabeth Handman da EHESS e do Collège de France.

As suas áreas de investigação preferenciais, onde tem publicado vários livros e artigos científicos são: Histórias de Vida e Identidades; Metamorfoses da Identidade; Antropologia da Educação; Educação e Diversidade Cultural; Mediação Intercultural; Identidades nos Idosos; Pedagogia Social e Identidades Pessoais e Profissionais.

É investigador integrado do CICS.NOVA.IPLeiria.

É, ainda, membro da RESMI – Rede de Ensino Superior de Mediação Intercultural.

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/SOC/04647/2013



05

Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações

ANA MARIA VIEIRA | RICARDO VIEIRA

05

ANA MARIA VIEIRA | RICARDO VIEIRA

Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações

COLEÇÃO *Magina*

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| Nota de apresentação | 7 |
| <i>Isabel Baptista</i> | |
| Prefácio | 9 |
| <i>José Antonio Caride</i> | |
| Prefácio | 13 |
| <i>Américo Peres</i> | |
| Introdução | 17 |
| <i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i> | |

Capítulo 1

A MEDIAÇÃO INTERCULTURAL COMO PRÁTICA DA PEDAGOGIA SOCIAL

| | |
|---|----|
| 1. Educação Social, Pedagogia Social e Competências na Intervenção do Profissional | 25 |
| <i>Ana Vieira</i> | |
| 2. Da Desconstrução do Formal e não Formal na Educação Social | 39 |
| <i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i> | |
| 3. Da Profissão [Educação Social] ao Campo de Conhecimento [Pedagogia Social]: Profissão e Profissionalização em Educação Social | 47 |
| <i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i> | |
| 4. Pedagogia Social, Mediação Intercultural e Intervenção Social | 55 |
| <i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i> | |
| 5. Competências da Mediação Intercultural como prática da Pedagogia Social | 65 |
| <i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i> | |
| 6. Da visão tradicionalista da Pedagogia Social à nova Educação Social | 71 |
| <i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i> | |
| 7. Ética(s) e Educação Social | 80 |
| <i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i> | |

Capítulo 2
PEDAGOGIA SOCIAL, MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO

| | |
|---|-----|
| 1. Viver e Conviver: Pedagogia Social, Comunicação e Mediação Intercultural | 95 |
| <i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i> | |
| 2. Intervenção Social, Mediações Socioculturais, Prevenção e Resolução | 98 |
| <i>Ana Maria Vieira</i> | |
| 3. Educação Proibida e Pedagogias da Transformação | 103 |
| <i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i> | |
| 4. A Pedagogia Social e a Mediação na Transformação dos Olhares Patologizadores das Diferenças Socioculturais | 106 |
| <i>Ana Maria Vieira</i> | |

Capítulo 3
NA ESCOLA:
PEDAGOGIA SOCIAL E MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

| | |
|---|-----|
| 1. Diversidade Cultural e Mediação Escolar | 113 |
| <i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i> | |
| 2. A patologização da Diferença em Territórios Escolares | 117 |
| <i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i> | |
| 3. As Potencialidades da Mediação Escolar ou da Mediação Sociopedagógica na Construção de uma Escola para a (Con)vivência | 121 |
| <i>Ana Maria Vieira</i> | |
| 4. Tensões Sociais e Conflitos na Escola: da Prevenção e da Resolução | 124 |
| <i>Ana Maria Vieira</i> | |
| 5. Educação, Escola, Aprendizagem e Ensino | 127 |
| <i>Ricardo Vieira</i> | |
| 6. Educação e Trabalho Social na Escola | 130 |
| <i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i> | |
| 7. Ensino Superior, Mediação Sociocultural e Sociopedagógica | 133 |
| <i>Ana Maria Vieira</i> | |
| 8. Pedagogias Diferenciadoras e Emancipadoras | 136 |
| <i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i> | |

Capítulo 4
COMPLEXIDADE
E (TRANS)FORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS

| | |
|--|-----|
| 1. Da (In)comunicação nos Sistemas de Ensino: breve apontamento | 153 |
| <i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i> | |
| 2. Ensino Politécnico e Ensino Universitário: nomes, coisas e "faz de conta" | 156 |
| <i>Ricardo Vieira</i> | |
| 3. Professor ou Contratado? | 165 |
| <i>Ana Maria Vieira</i> | |
| 4. Ser Voluntário... .. | 168 |
| <i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i> | |
| 5. Escola, Educação e Ensino: incursões reflexivas a propósito da adequação ao Processo de Bolonha | 171 |
| <i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i> | |
| 6. Escola, Física e Sociedade | 174 |
| <i>Ricardo Vieira</i> | |
| 7. Dar e Receber: conteúdo, forma e mudança na vida dos professores em Bolonha | 177 |
| <i>Ricardo Vieira</i> | |

TÍTULO

Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações

AUTOR

Ana Maria Vieira | Ricardo Vieira

EDIÇÃO

PROFEDIÇÕES, Lda./ Jornal a Página

COLEÇÃO

a Página

CONCEÇÃO GRÁFICA

Sersilito – Empresa Gráfica, Lda.

Tiragem

1000 exemplares

Depósito legal

408254/16

ISBN

978-972-8562-74-8

1.ª Edição: Abril 2016

PROFEDIÇÕES, Lda. / Jornal a Página da Educação

R. D. Manuel II, 51 C – 2.º andar – sala 2.5

4050-345 Porto

Tel. 226 002 790 • Fax 226 070 531

livros@profedicoes.pt

redacao@apagina.pt

<http://www.apagina.pt/>

<http://www.profedicoes.pt/livraria>

NOTA: Os textos publicados na coleção a Página são sujeitos a um processo de arbitragem científica assegurado por investigadores devidamente acreditados, pertencentes ao Conselho Editorial e/ou à bolsa de colaboradores permanentes da revista a Página da Educação.

1.

Educação Social, Pedagogia Social e Competências na Intervenção do Profissional

Ana Vieira

ESECS-IPL e CICS.NOVA.IPLeiria

A Pedagogia Social é, habitualmente, considerada como ciência da Educação embora com um grande enfoque na vida fora da escola, na educação ao longo da vida, trabalhando de uma forma holística com as Ciências Sociais num *mix* criativo e interativo de domínios, por vezes, abusivamente, separados. (Bruner, 1999 e 2000). Efetivamente, a cultura e a vida social não podem ser separados, portanto, não podem passar à margem da escola. Dado este *mix* (Vieira, 2014) entre as Ciências Sociais e as Ciências da Educação, a Pedagogia Social é cada vez mais considerado um domínio científico transdisciplinar.

A Pedagogia Social, situada no contexto das Ciências Sociais e das Ciências da Educação, é, enquanto disciplina com vocação prática, a ciência da Educação Social (Carreras e Molina, 2006).

Deste modo, a Educação Social surge então associada à evolução da investigação e produção nas Ciências Sociais e da Educação, refletindo a responsabilização da sociedade perante as problemáticas sociais existentes e corresponde a um espaço profissional desenhado no ponto de encontro, e de cruzamento, entre a área do trabalho social e a área da educação.

De acordo com Adalberto Dias de Carvalho e Isabel Batista (2000), a Pedagogia Social fornece as ferramentas teóricas necessárias para uma intervenção no terreno que vise ajudar a tecer laços sociais e a criar situações de aprendizagem potenciadoras de felicidade, de bem-estar e de autonomia de vida.

A Pedagogia Social é um conjunto de saberes teóricos, técnicos, experienciais, descritivos ou normativos que tratam de um objeto determinado. Esse objeto é a Educação Social. A Educação Social pertence à ordem das práticas, processos e fenómenos ou seja da realidade socioeducativa.

A Pedagogia Social é a ciência matriz da Educação Social (Caride, 2005) devendo funcionar como saber profissional dos educadores sociais.

Portanto, a Pedagogia Social é uma área científica com carácter teórico e prático que fornece as ferramentas para a intervenção prática, com e sobre os indivíduos, através da Educação Social.

A Educação Social autonomiza-se relativamente ao trabalho social pelo carácter pedagógico que determina os seus modelos de atuação.

O objetivo principal da Educação Social é incluir o indivíduo na sociedade. Procurar o sentido que nos proporciona a consciência dos vínculos que nos unem à comunidade e a conduta que esses vínculos impõem. Tudo isto pode ser operacionalizado em três grandes objetivos principais da Educação Social: 1 – alcançar a maturidade social; 2 – promover as relações humanas e 3 – preparar o indivíduo para viver em sociedade. Relativamente ao primeiro objetivo, essa maturidade pode entender-se em diversos sentidos: Consciência dum objetivo comum, o que leva a uma aceitação do bem comum, subordinando o seu comportamento a esse objetivo; autodomínio; desenvolvimento das competências individuais e sociais, levando a um espírito de solidariedade, de dedicação aos outros e de cooperação para o bem comum; melhoria da qualidade de vida; espírito crítico em relação à sociedade; espírito de compreensão para com os outros; espírito construtivo que leva à procura da transformação da sociedade; espírito de harmonia que implica otimismo, confiança, simpatia, alegria... Efetivamente, a maturidade social constitui um dos grandes objetivos da Educação Social. Ela requer uma série de competências que possibilitem as relações sociais ou seja viver em sociedade.

Relativamente ao 2º objetivo, promover as relações humanas, é fundamental que o educador social procure que cada cidadão procure o seu lugar adequado na sociedade.

Para o efeito tem de favorecer o desenvolvimento da personalidade humana de modo que cada indivíduo seja capaz de lidar adequadamente com os outros,

ou seja, desenvolver a sua capacidade para viver em sociedade, hábitos de convivência, respeito pelos outros, pela liberdade individual, etc.

Finalmente, em relação ao 3.º objetivo – preparar o indivíduo para viver em sociedade – isso passa, essencialmente, por aprender a viver juntos (conviver), como muito bem sistematizou Jares (2007). E isso implica, também, desenvolver espírito crítico, desenvolver capacidade de intervenção na sociedade e promover atitudes sociais democráticas. Na verdade, a Educação Social deve proporcionar ao Homem a consciência do seu lugar na sociedade, para além do seu papel de produtor e consumidor. Deve consciencializá-lo para a participação democrática na vida das comunidades e, desta forma, participar ativamente na melhoria das condições de vida da mesma (ser protagonista e exercer o seu direito de cidadania).

Nunca é demais clarificar e sublinhar a importância preventiva da Educação Social assim como o trabalho social educativo. Efetivamente, quando nos referimos à Educação Social, referimo-nos, também, a um tipo de trabalho social de carácter educativo que desempenha funções pedagógicas procurando promover o bem-estar social (Vieira, A., 2013). Referimo-nos a uma série de serviços sociais de carácter pedagógico que, por vezes, tendem a resolver problemas de carência de algo que atinge alguns grupos sociais situados mais nas franjas da sociedade e, outras vezes, procuram prevenir problemas da população em geral assegurando os meios (educação para a paz/convivência, educação ecológica, educação cívica, associativismo, voluntariado, ocupação de tempos livres... etc) para que tal aconteça. Américo Peres recorda, a este propósito que

“em resultado desta dinâmica, ao longo dos últimos anos, vários municípios, bairros, escolas, sindicatos, associações, ONG... têm desenvolvido, em contextos diversos, projetos relevantes para responder aos desafios do nosso século: aprender a viver e a conviver. Jares tinha consciência que a mediação contribuía para a resolução pacífica dos problemas e conflitos. Neste sentido, a figura do mediador deveria ser um educador que estabelecesse pontes entre as partes e, ao mesmo tempo, criasse relações humanas solidárias. Esta pedagogia da convivência aposta na criação de espaços e tempos de reflexão sobre os problemas

da condição humana, nem como na afirmação da hospitalidade e no respeito pela alteridade dos seres humanos” (Peres, 2010: 18-19).

Também Adalberto Dias de Carvalho tem sido um grande promotor da ética da hospitalidade e do respeito pela alteridade que vai muito para além da simples tolerância e que obriga a uma nova atitude antropológica no acolhimento do Outro e que entende a ética [da hospitalidade] mais como uma moral do que um conjunto de princípios:

“Por isso, não é tanto uma ética de princípios, mas antes de atenção e cuidado, a exigir sobretudo escuta aos apelos ou tão-somente aos sinais, principalmente dos que, fragilizados, sofrem e para com quem sentimos que temos o dever de evitar que esse sofrimento se agrave por força de uma solidão existencial” (Carvalho, 2012: 36).

Tratando-se de um domínio científico novo, a Pedagogia Social, e de um campo de intervenção relativamente jovem, a Educação Social, é expectável encontrar diferentes não só definições de Educação Social bem como diferentes sublinhados sobre as principais funções que a definem. O quadro seguinte, inspirado em Gloria Perez Serrano (2010:125), dá conta, justamente, dos diferentes objetivos que os diferentes autores enfatizam ao definirem Educação Social.

Linhas/funções que definem a Educação Social

| Funções | Ortega y Gasset | Kriekemans | Petrus | Sansvisens | Quintana | Maillo | Zavalloni | Fermoso |
|---|-----------------|------------|--------|------------|----------|--------|-----------|---------|
| Formação do indivíduo para Convivência | X | X | | | X | X | X | X |
| Formar a consciência social | | X | X | | X | X | X | X |
| Relacionar-se com os outros | | | X | | X | X | X | X |
| Desenvolvimento de competências sociais | | X | X | X | | | | |
| Formar sentimentos sociais | | | | | X | | | |
| Inserção do indivíduo no seu meio | | | X | | | X | | X |
| Consciência do seu lugar na sociedade | | | | X | | | | X |

Fonte: Perez Serrano (2010)

A Educação Social acaba por ser uma ação sistemática e fundamentada de apoio, mediação e de transformação que incentiva especificamente o desenvolvimento da sociabilidade do indivíduo, durante toda sua vida, circunstâncias e contextos, promovendo a sua autonomia, integração e participação crítica, construtiva e transformadora no âmbito sociocultural que o envolve, contando em primeiro lugar com recursos pessoais, tanto do educador, como do sujeito. A Educação Social atravessa, deste modo, várias linhas de ação e intervenção, entre as quais a construção da convivência, a busca de objetivos comuns, o investimento no relacionamento com os outros, de uma forma antropológica, o desenvolvimento de competências sociais, em particular as práticas de inclusão, a consciência do lugar de cada sujeito na sociedade, a sua autonomização, a criação de laços sociais e o respeito pelas diferenças.

Em síntese, a Educação Social tem como objetivo a formação do indivíduo para a convivência, para o relacionamento com os outros, para a inserção na sociedade e para a formação de uma consciência social e de uma identidade pessoal, de género, social e cultural.

A Pedagogia Social nasce de uma relação de hospitalidade originária entre a esfera educacional e a esfera da solidariedade social. Assim, o pedagogo social atua na socialização do sujeito, em situações normalizadas ou especiais. E isto implica o conhecimento e a ação sobre o indivíduo e a atuação no âmbito da Educação Social.

A Educação Social, pensada não apenas como um curso de licenciatura específico, ou outro, mas, antes, pensada como área, como um campo, é, como sabemos, transversal a muitas profissões (Capul e Lemay, 2003).

De acordo com Isabel Baptista, os educadores sociais situam-se num espaço profissional entre os educadores-professores, «com quem partilham o saber pedagógico» e os trabalhadores sociais com quem «partilham os mesmos territórios de intervenção». Os educadores sociais estão, assim, *“especificamente preparados para desenvolver uma acção educativa em espaços socio-comunitários. É aqui que o seu trabalho se cruza com o de outros trabalhadores sociais”* (Baptista, 2000).

A Educação Social, como campo de intervenção, usa modelos teóricos de diferentes disciplinas: *“história, Sociologia, direito, etnologia, economia, psicolo-*

gia, biologia, psiquiatria, psicanálise, etc.” (Capul e Lemay, 2003: 15). Também para Carvalho e Baptista (2004: 7)

“A Educação Social surge, actualmente, como um domínio de ponta. Enquanto plataforma agregadora de perspectivas disciplinares e de projectos de intervenção, ela estabelece relação entre o saber próprio do universo da pedagogia – esta, tradicionalmente ligada à educação escolar – e a experiência da acção no terreno do trabalho social. Assim, ela impulsiona, cada vez mais, novos horizontes para a investigação e para um importante conjunto de profissionais”.

Por outro lado, se considerarmos a Educação Social como prática da Pedagogia Social (Caride, 2005), ela *“capacita as pessoas para a vida fugindo de uma perspectiva de comodismo que significa adaptação a um mundo dado. Antes pelo contrário, o que busca é o desenvolvimento pleno e autónomo das pessoas, cultivando as diversas dimensões humanas (afectiva, social, intelectual, física)”* (Gradaílle e Iglésias, 2010: 70).

A função do educador social apoia-se no *“amor-vocação para uns, profissão-tecnicidade para outros”* (Fustier, 1972: 25). *“No fundo cabe aos educadores sociais criar e alimentar os espaços de mediação necessários a uma socialização feliz”* (Batista, 1998). A Educação Social é, assim, portanto, uma profissão de interacções e de relações com as pessoas com quem trabalha, procurando sustentar a sua autonomia e fomentar a *“conscientização”*, como já defendia Paulo Freire na sua Pedagogia da Autonomia entre outros escritos.

“Nos anos 60, preocupado já com esses obstáculos, apelei para a conscientização não como panacea, mas como um esforço do conhecimento crítico dos obstáculos, vale dizer, de suas razões de ser. Contra toda a força do discurso fatalista neoliberal, pragmático e reaccionário, insisto hoje, sem desvios idealistas, na necessidade da conscientização. Insisto na sua atualização. Na verdade, enquanto aprofundamento da “prise de conscience” do mundo, dos factos, dos acontecimentos, a conscientização é a exigência humana, é um dos caminhos para a posta em prática da curiosidade epistemológica. Em lugar de estranha, a conscientização é natural ao ser que, inacabado, se sabe inacabado” (Freire, 2006: 54).

Mas temos, claro, mais que uma definição de educador:

“Uns insistem no comprometimento pessoal e nas «qualidades do coração»; as outras querem caracterizar uma metodologia de comunicação que, para além das qualidades necessárias, permite desembocar no estatuto de «prático da relação». Ultrapassando estas querelas, pode, sem dúvida, considerar-se que a profissão de educador se caracteriza essencialmente pela possibilidade de partilhar períodos de vida com uma criança, um adolescente, um adulto – ou um grupo de crianças, de adolescentes, de adultos – para lhes permitir melhor situarem-se perante eles próprios e perante a sua envolvente” (Capul e Lemay, 2003: 95).

Estes autores (Capul e Lemay, 2003: 97-104) caracterizam a relação profissional do educador social em sete dimensões fundamentais que exploramos de seguida:

1. a escuta, que pressupõe a descodificação de um discurso, e a empatia;
2. a aceitação da pessoa com as riquezas e os seus limites, que remete para o respeito mas não, necessariamente, para a aceitação de todos os seus atos; esta característica prende-se, essencialmente, com a capacidade de entendimento da diversidade humana sem a patologizarmos ou arrumarmos como deficiente (cf. Vieira e Vieira, 2011).
3. o esforço para pôr em jogo atitudes de antecipação que remete para a crença na mudança dos sujeitos rompendo com a força do determinismo social. A ideia é romper com o determinismo que o senso comum reproduz com a expressão *“filho de peixe sabe nadar”*. O educador social deve saber empoderar os sujeitos que se reconstruirão a par dos contextos sociais vividos mas não, necessariamente copiando-os. O Educador Social potencia, assim, o autoformação a par da heteroformação (cf. Pineau, 1983; Vieira, 2009);
4. a retenção que remete para a ação educativa de jovens que conseguem reestruturar-se quando encontram um adulto empático, seguro, embora distanciado dos seus problemas, que pode dar *«sentido ao inteligível e estruturar assim um universo que se tornou cataclísmico»*; Esse adulto

é o educador social que consegue levar o educando a alterar as suas representações sociais e a disponibilizar-se para a mudança de si próprio, restaurando o seu sonho;

5. a afirmação da lei, que implica, para além da empatia, a coerência para «representar uma lei» e para encarar as limitações, os espaços frustrantes, como parte integrante da vida social. A intenção é levar a interiorizar as dimensões permitidas e interditas da vida social;
6. o duplo olhar, que remete para o olhar sobre si mesmo no ato de escutar o outro, interrogando-se «sobre o que é e sobre o que faz no seu encontro com o outro». Trata-se de uma atitude que bebe bastante dos trabalhos de Carl Rogers (1976), essencialmente da sua obra o desenvolvimento da pessoa e que se materializa numa capacidade do Educador Social em saber estar dentro e estar fora, numa espécie de hermenêutica diatópica (cf. Santos, 1997);
7. a perspetiva sistémica em que o educador terá de considerar o «conjunto de componentes da realidade da pessoa: a sua família, os seus pares e amigos, a escola, a vizinhança, a comunidade, o meio de trabalho, etc.)» e ter, portanto, um olhar holístico.

Carvalho e Baptista (2004: 93), a propósito da necessidade de escuta, por parte do educador, afirmam que,

“Ao contrário do médico, do terapeuta ou do juiz, o educador assume na relação o duplo estatuto de alguém que está diretamente implicado e, ao mesmo tempo, impedido de tomar partido ou de dar a solução. Cabe-lhe, sobretudo, escutar e estar atento, criando situações de encontro e de proximidade favoráveis à emergência das respostas pessoais por parte dos educandos, os verdadeiros protagonistas da acção. Para isso, terá de promover relações inter-pessoais baseadas no princípio ético da distância óptima. Ou seja, numa distância que permita garantir a conjugação equilibrada entre racionalidade, sensibilidade e serenidade”.

Apesar das divergências e de alguma falta de consenso, são habitualmente considerados três grupos de competências do educador social: 1 – conhecimentos; 2 – capacidades; 3 – atitudes. Relativamente aos conhecimentos mais

específicos, já que os gerais têm a ver a com a formação profissional para o desempenho da função de educador social, consideram-se habitualmente os seguintes: conhecimento do meio (tipo de população, níveis culturais, socioeconómicos, profissionais, necessidades sociais...); conhecimento das metodologias mais apropriadas para intervir com o setor da população a que se dirige; conhecimento das suas funções para intervir; conhecimento das suas capacidades e limitações no desempenho do seu trabalho.

Em relação às capacidades, é de considerar, essencialmente, as seguintes: capacidade de elaborar projetos educativos; capacidade para intervir no educativo; capacidade de trabalhar em equipa; capacidade de formação contínua; capacidade para gerir recursos, entre outras.

Finalmente, em relação às atitudes, é de sublinhar as capacidades/habilidades sociais: capacidade de comunicação, capacidade de trabalhar em equipa, capacidade de negociação, capacidade de empatia, escuta, atitude positivas, ativas e solucionadoras de problemas.

Claro que em qualquer profissão são importantes as dimensões técnicas mas numa profissão onde impera a relação interpessoal e social são vitais as atitudes e a capacidade de refletir sobre as mesmas e sobre as práticas quotidianas, seus sucessos e insucessos. Por isso, também, convém dizer que o educador social é um profissional reflexivo. Os educadores sociais não podem ser consumidores passivos de conceitos e de valores sociais. Como muitas vezes trabalham com populações fragilizadas, estes profissionais desenvolvem uma especial sensibilidade social preconizando, assim, a necessidade de uma mudança social. Podemos, então, pensar num estilo de educador social impulsionador da mudança social.

Em síntese, as competências do saber profissional do Pedagogo/Educador Social assentam muito na reflexividade, na polivalência técnica, na criatividade, na adaptabilidade e dinamismo psicossociocultural.

Fernando Canastra e Manuela Malheiros (2009: 2031), num texto sobre o papel do educador social no quadro das novas mediações socioeducativas, referem que o educador social visa

“acompanhar as pessoas ou os grupos no seu processo de inserção e participação nas redes de sociabilidade, adotando como estratégia privilegiada a

dinamização de projectos educativos prioritários (Sáez e Molina, 2006). A sua principal ferramenta é a «investigação-acção» (Caballo Villar e Fraguera Vale, 2007), uma vez que a sua aproximação ao «terreno» passa pela capacidade de pôr em circulação as vontades, as sinergias e os recursos disponíveis, e organizados numa postura de projeto, num determinado contexto social e/ou laboral”.

A formação de um profissional, claro está, tem de ser assumida para toda a vida e não apenas para um determinado tempo biográfico onde se adquiririam as competências fundamentais para o exercício da profissão: *“No caso concreto dos educadores sociais, acontece que estes têm que estar preparados para adquirir novas competências de acordo com aquelas que são as exigências da própria sociedade, sob pena de a sua actividade perder todo o sentido”* (Carvalho e Baptista, 2004: 89).

Por outro lado, ainda, há outra ideia, que é mais ou menos habitual no “senso comum” das pessoas e dos profissionais em geral, que é considerar que, perante uma sociedade que é complexa, porque a diversidade sociocultural abunda, porque os problemas abundam, tem de haver alguém capaz de resolver, magicamente, os problemas sociais. Trata-se de ver os Gabinetes de Psicologia (SPO) ou o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) como espaços de enfermagem ou medicina social (Vieira e Vieira, 2011) e de pensar nos problemas sociais como doença e nos cuidados paliativos a ter com eles (Canário, Alves e Rolo, 2001).

Há, efetivamente, no Trabalho Social, uma área designada de Serviço Social, e não estamos a remeter especificamente para uma profissão, que engloba não só os profissionais superiores, técnicos superiores, mas que abarca, também, o voluntariado, o trabalho dos enfermeiros, dos médicos, do apoio, etc. que está mais perto da intervenção, enquanto resolução dos problemas detectados (Capul e Lemay, 2003; Chopart, 2003;). Esse trabalho de Serviço Social está, enquanto área do Trabalho Social, mais próximo do “fim da linha”, da resolução dos problemas do que, propriamente, da prevenção e da educação, mesmo quando aplicado à Educação. Esse trabalho corresponde, maioritariamente, à política paliativa de que falam Canário, Alves e Rolo (2001), fundamental, também, claro.

Mas o Trabalho Social corresponde, também, do nosso ponto de vista, a uma área mais ampla, que integra as anteriores (a Educação Social mais ligada à prevenção e à formação; a do Serviço Social mais ligada à resolução), e que é, igualmente, um domínio importante de atuação dos Educadores Sociais dentro das escolas contemporâneas, como exploramos neste artigo. O trabalho social pode englobar a dimensão mais educativa, mais construtora, preventiva, transformadora, mais próxima da Educação Social, definida atrás, alimentada pela Pedagogia Social (Capul e Lemay, 2003; Caride, 2005; Carvalho e Baptista, 2004; Baptista, 2008b) ou o trabalho social pode apostar mais na resolução dos conflitos, naquilo que Michel Foucault chamou de “ortopedia social” (Foucault, 1977), naquilo que temos vindo a designar de o profissional como o “médico social” ou o “enfermeiro social”; a área do Trabalho Social como o “hospital social”: o Serviço Social como hospital social para resolver os problemas (Vieira e Vieira, 2010 e 2011).

O trabalho do educador pode inserir-se, assim, nos domínios das crianças, adolescentes, jovens e idosos, mas não só; abrange os conceitos tradicionais de “educação permanente”, “popular”, “educação de adultos”, “dos pais”, etc., mas está, também, para além deles, em termos transversais e globais (Capul e Lemay, 2003: 14).

A Pedagogia Social, que José Antonio Caride exprime como «referente científico da Educação Social» (Caride, 2005: 37), apresenta intervenções e finalidades que promovem o desenvolvimento humano e a qualidade de vida. Para o efeito, ela tem de enfrentar as situações de risco que inibem ou dificultam a integração social, especialmente dos mais expostos aos processos de exclusão social, precariedade e dependência, e o compromisso de conquista de uma sociedade mais igualitária, justa e unida (Caride, 2005) e deve funcionar como saber profissional de referência dos educadores sociais (Carvalho e Baptista, 2004).

Caride enumera seis grandes áreas de intervenção da Pedagogia Social: a educação permanente, a formação laboral e ocupacional, a educação no/para o tempo livre, a Animação Sociocultural e o desenvolvimento comunitário, a educação especializada e a educação cívico-social: *“A Pedagogia Social surge-nos deste modo valorizada simultaneamente como um saber profissional, uma ciência em construção e uma filosofia de acção, onde as práticas de mediação*

ganham especial importância” (Rodrigues, 2010: 320). De acordo com Isabel Baptista (2008),

“Neste sentido, o termo «social» junta-se ao termo «pedagogia» designando um objecto de estudo e um território de acção específicos mas também, ou sobretudo, um objectivo: o de encontrar estratégias de mediação humana que ajudem a «fazer sociedade». Pode-se dizer que a Pedagogia Social nasce de uma relação de hospitalidade originária entre a esfera educacional e a esfera da solidariedade social, correspondendo nesse plano a um espaço novo, a um «terceiro lugar» ou «lugar-comum»”.

Os trabalhos de “presença social” permitem uma escuta social imediata e pressupõem um contacto direto com o público nos “lugares de proximidade e de quotidianidade”. Não implicam nem acompanhamento permanente, nem tratamento. Têm a ver com funções de acolhimento, aconselhamento e orientação. São os chamados “trabalhos de primeira linha”. No patamar seguinte estão os trabalhos de acolhimento e os trabalhos de rua. Os trabalhos de acolhimento podem arrumar-se, essencialmente, em dois modelos: o modelo de “auxiliar social” (tarefas de avaliação, orientação, instrução de dossiês e organização de procedimentos) e o modelo de animação (relacionamento dos vários atores, difusão das informações, deteção de pedidos e mediação social). Os trabalhos de rua são os mais recentes – algumas funções: por ex. mediação entre os habitantes de um bairro e organismos doadores, serviços municipais para resolverem problemas da vida quotidiana... Baseiam-se numa “função de mediação e de regulação de proximidade [...] aliando-se o técnico e o social” (cf. Maurel, 2003: 42).

Mas vivem-se tendências ora de qualificação das tarefas de primeira linha, ora de tentativa de especialização das tarefas de intervenção (Maurel, 2003). Contudo, o certo é que não se pode considerar, à partida, que o trabalho social seja construído como um campo já delimitado, uniforme e perfeitamente conhecido. A este propósito, Michel Autés (2003: 256) refere que as transformações no seio das profissões giram em torno de 3 linhas: 1 – uma passagem da lógica do projeto à lógica do serviço; 2 – a instalação de uma fratura entre profissões de contacto direto e profissões ligadas aos procedimentos formais ou de organização; 3 – a tendência para a separação das profissões entre ação

individual de reparação e ação coletiva de desenvolvimento. Para este mesmo autor, “O termo «trabalho social» está longe de designar um campo unificado. Ele foi construído segundo genealogias separadas (o Serviço Social, a Educação Social, a Animação), tendo, cada geração, os seus próprios eixos de clivagem e as suas tradições históricas” (Autés, 2003: 257).

Finalmente, não será abusivo dizer, para terminar, e de uma forma mais substantiva, que há consenso sobre algumas grandes áreas de intervenção da Educação Social na atualidade: educação de adultos, educação especializada, educação laboral e ocupacional; educação para o tempo livre; educação cívica; educação comunitária; educação para a saúde; educação penitenciária, trabalhando, por exemplo, diretamente com reclusos em dinâmicas ocupacionais de reabilitação, ou, no exterior, com as famílias, no sentido de contribuir para abrir caminhos de reinserção familiar e profissional; educação intercultural; educação ambiental, Educação Social em contexto escolar, Educação Social de rua, trabalho autárquico, promoção de práticas de relação intergeracional, usando, por exemplo, histórias de vida (Vieira, 2014 a e b;) no trabalho com a 3ª idade.

Referências Bibliográficas

- BAPTISTA, Isabel (2000). “Educador Social: Especialistas de mãos vazias”, *A Página da Educação*, 94, ano 9, Setembro, p. 19.
- BRUNER, Jérôme (1999). *Para uma teoria da educação*, Lisboa: Relógio D’Água.
- BRUNER, Jérôme (2000). *Cultura e educação*, Lisboa: Edições 70.
- CAPUL, Maurice e LEMAY, Michel (2003). *Da educação à intervenção social*, Vol. I e II. Porto: Porto Editora.
- CARIDE, José Antonio (2005). *Las fronteras de la Pedagogia Social. Perspectivas científica e histórica*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- CARRERAS e MOLINA, (2006). *Pedagogia Social, pensar a Educação Social como profissão*, Madrid: Alianz Editorial.
- CARVALHO, Adalberto Dias (2012). *Antropologia da Exclusão ou o Exílio da Condição Humana*, Porto: Porto Editora.
- CARVALHO, Adalberto Dias e BAPTISTA Isabel (2004). *Educação Social. Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- FREIRE, Paulo (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, S.Paulo: Paz e terra.
- FUSTRER, Paul (1972). *L’identité de l’Educatteur Spécialisé*. Paris: Editions universitaires.

- GRADAÍLLE, Rita Pernas e IGLESIAS, Tânia (2010). "Educando en igualdad nos escenarios escolares e sociais", in PERES, Américo e VIEIRA, Ricardo (Orgs.) (2010). *Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz*, Chaves e Leiria: APAP e CIID-IPL, pp. 60-74.
- JARES, Xesus, Rodrigues (2007). *Pedagogia da Convivência*. Porto:Profedições.
- PERES, Américo (2010). "Introdução" in PERES, Américo e VIEIRA, Ricardo (Orgs.). *Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz*, Chaves e Leiria: APAP e CIID-IPL, pp. 9-29.
- PÉREZ Serrano, Gloria (2010). *Pedagogia Social, educación social, construcción científica e intervención práctica*, Madrid: Narcea.
- VIEIRA, Ana (2014). "Life Stories, Cultural Métissage and Personal Identities" in *SAGE Open*, Jan 2014, 4(1), pp. 1-13. The online version of this article can be found at: <http://sgo.sagepub.com/content/4/1/2158244013517241>.